

OS ACORDOS DO CAMPO DE MIGUEL ARRAES : NOTAS SOBRE ALIANÇAS DE CLASSE NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

HENRIQUE LEVY
Universidade Federal de Pernambuco

O objetivo destas notas é o de comparar o quadro sócio-econômico e político durante o Primeiro Acordo do Campo (1963), com o cenário do Segundo Acordo do Campo em 1987. Ambos os acordos foram patrocinados pelo governador Miguel Arraes de Alencar. No caso do primeiro acordo, o enfoque é o das pressões exercidas pelo Poder Legislativo do Governo dos Estados Unidos da América sobre as políticas assistencialistas do Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA, no decorrer dos anos Sessenta. Em contraposição, analisamos uma conjuntura diametralmente oposta servindo como "background" do Segundo Acordo do Campo em 1987.

Em fins de setembro de 1987 foi assinado o Acordo do Campo das Princesas, tendo o governador de Pernambuco, Miguel Arraes como parte conveniente. Este acordo de 1987, como o anterior (o de 1963), dá fama e glória ao Governador do Povo.

O Arraes de 1987 é mais uma vez celebrado como o defensor dos pobres. Porém, do Primeiro Acordo do Campo, de 21 de agosto de 1963, poucos sabem que foi graças às pressões dos senadores do Congresso dos Estados Unidos da América sobre a política de assistência social do IAA que Arraes pode construir sua reputação no meio rural. A legenda do primeiro Acordo do Campo sobreviveu ao longo exílio de Miguel Arraes e o possibilitou de valer-se da boa reputação daí advinda como capital político a ser investido em eleições posteriores, tanto para deputado federal quanto para se eleger governador de Pernambuco em 1986.

Documento irrefutável - o Diário do Congresso dos Estados Unidos (The Congressional Record) a partir de 1962 e no decorrer dos anos Sessenta - assinala que foi a pressão do Senado dos Estados Unidos sobre o Instituto do Açúcar e do Alcool, do Brasil, que levou os usineiros do Nordeste a concordarem em remunerar um pouco melhor o cortador de cana, o "camponês" de Pernambuco¹.

Uma interpretação possível é a de que, acalmados em seus "escrúpulos humanitários", os senadores do Tio Sam votaram favoravelmente em alocar generosas quotas preferenciais ao Brasil, a fim de que o País exportasse açúcar nordestino para o mercado norte-americano a preços bem acima do mercado "spot" internacional.

A outra interpretação, aqui preferida, é a de que as pressões senatoriais nos anos Sessenta decorreram de uma aliança de classe internacional entre frações da classe dominante mundial. Assim, o mercado preferencial norte-americano era aberto às exportações do açúcar nordestino, num contexto de luta de classes visando a derrotar os movimentos populares rurais do Nordeste então sob o impacto da vitória de Fidel Castro em Cuba.

Já em setembro de 1987, seis meses após o trabalhador rural da Zona da Mata ter derrotado um usineiro votando maciçamente em Arraes, o governo de Pernambuco oficialmente diz que Miguel Arraes "repete" a História ao celebrar o Segundo Acordo do Campo². Assim é que o próprio órgão informativo do governo Arraes, celebrando seu primeiro semestre no governo de Pernambuco, assinala:

"A área sindical, cerceada pela repressão nos últimos anos, vem tendo no Governo Arraes um tratamento diferente... Igualmente importantes foram os entendimentos intermediados entre trabalhadores e empresários canavieiros, numa repetição ao 'Acordo no Campo', assinado em 1963, no primeiro Governo Arraes" (Primeira Página, 1987:20. Meu Grifol.

Mas desta segunda vez sem as pressões, seja do

"espírito humanitário", seja aliança de classe internacional entre frações da classe dominante mundial, promovida pelos senadores norte-americanos, que não mais destinam suculentas e generosas quotas preferenciais de açúcar ao Nordeste, como aquelas alocadas até 1974 pelo U.S. Congress. Dentro de um quadro econômico pessimista, usineiros e cultivadores de cana (os antigos donos-de-engenhos, hoje fornecedores) concordam em aumentar significativamente os salários dos canavieiros, dos "camponeses" da Zona da Mata de Pernambuco.

A História, entretanto, não se repete isomorficamente. Desta vez as condições econômicas em que se encontra a indústria sucro-alcooleira de Pernambuco difere daquela vigente durante o Primeiro Acordo do Campo. Em 1986, por exemplo, a situação econômica das 236 usinas de açúcar brasileiras não era das melhores. Para o País como um todo, a média do endividamento das usinas chegou a 48 por cento, mas algumas usinas de Pernambuco chegam ao endividamento de 49,8% (usina Bulhões), 55,8% (usina Cruangi), 63,2% (usina Catende), 76,9% (usina N. S. do Carmo) (VISÃO, 1987:182 ss.)³.

FIDEL CASTRO, O CONGRESSO DOS E.U.A. E O ACORDO DE 1963

Com a ascensão de Fidel Castro em janeiro de 1959 e o clima de agitação das Ligas Camponesas assustando o Congresso dos Estados Unidos, os usineiros pernambucanos conseguiram generosas quotas dos diversos Sugar Acts aprovados pelo U. S. Congress. Tal situação altamente favorável ao Nordeste brasileiro perdurou até 31 de dezembro de 1974. Foram os anos dourados da exportação do açúcar do Nordeste.

O papel político na alocação de quotas açucareiras pelo Congresso norte-americano foi plenamente reconhecido por Bento Dantas, um especialista dos problemas da Zona da Mata canavieira:

"O governo brasileiro conquistou no mercado preferencial norte-americano uma quota de aproximadamente cinco milhões de sacos (300.000 to

neladas métricas), alocada exclusivamente à área nordestina — com absoluta exclusão do produtor sulista — por causa da tensão social prevalecente naquela área" (DANTAS, 1971:42-43. Traduzido de Levy, 1985:235. Grifo meu).

O DIKTAT DOS SENADORES AMERICANOS

A tarefa de Miguel Arraes em 1963 foi imensamente facilitada pelo mal-estar causado pela miséria dos canais do Nordeste a alguns senadores norte-americanos. Já em julho de 1962 o Congressional Record reportava os debates, particularmente dos senadores Douglas e Morse.

Na edição de 5 de julho de 1962, o senador democrata Wayne Morse recomendava vincular as quotas açucareiras alocadas pelo Congresso dos Estados Unidos à melhora da situação miserável do cortador de cana. Disse o senador Morse:

"Eu gostaria de insistir num acordo que vinculasse a alocação de quotas (açucareiras) e o pagamento de qualquer preço preferencial a algum nível de salário mínimo. Ou ele poderia vincular a alocação e os preços preferenciais à disponibilidade de habitação, saneamento e educação adequados aos trabalhadores do açúcar e suas famílias. Estes são, afinal, os objetivos da Aliança para o Progresso... Eu não vejo nenhuma razão por que nós não devamos nos utilizar do preço preferencial para alcançar os objetivos da Aliança para o Progresso na América Latina... Nós deixamos claro que os fundos provenientes da Aliança para o Progresso devem ter como contrapartida algumas reformas necessárias no País recipiente. Eu digo que nós devemos fazer o mesmo com as quotas açucareiras. Eu penso que algumas destas reformas poderiam ser alcançadas mais rapidamente, de fato, no caso dos trabalhadores do açúcar, se condicionássemos nossas alocações e preços preferenciais à obediência a alguns dos mesmos tipos de condições de trabalho que exigimos dos nossos próprios produtores (norte-americanos de açúcar)... O fato lamentável é que a maior parte dos nossos gastos com açúcar da América Latina fortalecem o comu-

nismo e não a liberdade porque na medida em que estes preços preferenciais não são usados para elevar o nível de vida dos trabalhadores do açúcar, estes gastos ajudam os comunistas" (Congressional Record, Senador Morse, 5 jul 1962:S-12730-31; op. cit. in LEVY, 1985:413-14, n. 130. Trad.).

O fato é que o IAA passou a prestar contas aos senadores de Tio Sam nas audiências públicas do Senado dos Estados Unidos nos anos subseqüentes. Seu lobbyista em Washington, D.C. fez demonstrações anuais dos dispêndios com assistência social que foram desembolsados pelo IAA. Só assim o IAA pôde fazer jus à quotas preferenciais de açúcar todas as vezes em que os Sugar Acts eram estendidos ou renovados. Como isto aconteceu ano a ano, eu mostrarei detalhadamente em um outro artigo, mas pelo momento é importante enfatizar que mesmo após o golpe militar de 1964, e pelos dez anos subseqüentes, os senadores dos Estados Unidos mantiveram-se interessados em saber o quanto o IAA — autonomamente ou através dos usineiros nordestinos — estava dispendendo com salários e assistencialismo que, pelo menos no papel, beneficiavam os cortadores de cana, já que os senadores norte-americanos condicionaram a alocação das quotas açucareiras à melhoria do nível de vida dos trabalhadores rurais da Zona da Mata canavieira do Nordeste.

ALIANÇAS DE CLASSE NO ACORDO DE 1987

Do ponto de vista das classes sociais em conflito, interessa analisar as alianças de classe que se vislumbram por baixo do vasto avental do aparelho de Estado, pois "*Hoje no Brasil, a interferência do Estado permeia em quase todos os setores da economia*" (Pih, 1987: A-3), neste caso representado pela interveniência do governador Miguel Arraes na greve dos trabalhadores rurais, que eclodiu no início da safra canavieira de 1987/88.

Tal perspectiva — a da análise centrada nos conflitos de classe — é também a vislumbrada pela oligarquia sucro-alcooleira quando esta enxerga um aumento salarial como "*um acordo social e político*". Vinte e quatro horas após a assinatura do Acordo do Campo, edição 1987, Gustavo Maranhão, o presidente do todo-poderoso Sindicato da Indústria

do Açúcar de Pernambuco, dizia que o novo acordo do campo era

"um acordo social e político no Estado de Pernambuco, no qual se envolveram não só as partes interessadas, mas o governador Miguel Arraes e seu secretariado" (Diário de Pernambuco, 1987a: A-19).

Os secretários de Arraes envolvidos no acordo são Romeu da Fonte, secretário do Trabalho e Marcos Peres Queiroz, secretário da Indústria e Comércio. Romeu da Fonte era advogado da FETAPE (Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco) até ser convidado por Arraes em março de 1987. Marcos Queiroz foi eleito deputado federal pelo PMDB, em novembro de 1986, formando na Frente Popular que elegeu Arraes. Queiroz é usineiro e cunhado do também usineiro José Múcio Monteiro Filho, que foi o candidato do Partido da Frente Liberal, o PFL, a governador de Pernambuco em 1986, contra Miguel Arraes. José Múcio perdeu as eleições para Arraes por 600.000 votos. Sem dúvida, qualquer estudo sobre alianças de classe deve considerar a Frente Popular como fulcro de tais forças.

O usineiro Gustavo Maranhão, na mesma ocasião ressaltou que um entendimento entre os grevistas da palha da cana e, do outro lado, os fornecedores e usineiros

"fortaleceria Pernambuco, e só com a união de todos os segmentos é que seria possível lutar por conquistas sociais e econômicas maiores... juntos podemos vencer nossas dificuldades... vencer a discriminação que têm sofrido o Norte e o Nordeste do País" (Diário de Pernambuco, 1987a: A-19).

A união pregada por Gustavo Maranhão contou com o endosso de Gerson Carneiro Leão, presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, bem como a

"compreensão das lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura - CONTAG, na pessoa do seu presidente, João Francisco da Silva e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAPE), pelo seu presidente, José Rodrigues da Silva".

Vários líderes políticos apoiaram o Segundo Acordo do Campo, entre eles deputados estaduais como João Ferreira Lima (PMDB), presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco; o líder da oposição na Assembléia, deputado Mavieal Cavalcanti (PFL) e o líder do partido do governo na Assembléia, deputado Marcus Cunha (PMDB). (Diário de Pernambuco, 1987b: A-21). Tudo culminando com o

"fechamento do acordo salarial e selado no Salão das Bandeiras, no Palácio das Princesas, onde o governador Miguel Arraes assinou o documento como principal avalista das futuras reivindicações do setor canavieiro e, conseqüentemente, das conquistas sociais dos trabalhadores" (Diário de Pernambuco, 1987b: A-21).

O deputado estadual Humberto Barradas (PMDB-PE) — ele próprio um representante dos interesses canavieiros na Assembléia Legislativa — participou das démarches que levaram ao Segundo Acordo do Campo, avalizado por Arraes. Barradas assinalou que este acordo celebrado entre a oligarquia e o campesinato é uma aliança de classes:

"...Pernambuco deu uma grande demonstração de maturidade... Paga-se hoje ao trabalhador rural o maior salário básico do Brasil"⁴... Nós precisávamos também manifestar a nossa alegria de identificarmos na classe política, na classe empresarial e nos trabalhadores de uma maneira geral o mesmo entendimento sobre o Estado. Estava formada a grande aliança para salvar Pernambuco da miséria em que se encontra" (Diário de Pernambuco, 1987c: A-26. Meu grifo).

Também o deputado estadual Inaldo Lima (PMDB), ex-membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB) assinalou a ALIANÇA DE CLASSES celebrada por Arraes: "*capital e trabalho podem se unir para o bem-estar social e, com esta união, todos saem ganhando*" (Diário de Pernambuco, 1987d: A-26).

ESTRATÉGIA E CENÁRIOS

Qual seria, então, a estratégia de Miguel Arraes? A espada de Dâmocles estaria sobre seu pescoço? Seria o Segundo Acordo do Campo uma vitória de Pirro? Embora seja óbvio que a situação econômica da atividade sucro-alcooleira nordestina tenha se tornado crítica, o que parece motivar Arraes — a curto prazo — é menos o êxito econômico do momento e mais uma tentativa de transferir às instâncias decisórias mais altas os problemas canavieiros de Pernambuco. O conflito social desloca-se, por força dessa aliança de classe entre usineiros, fornecedores e trabalhadores da cana, da área estadual para a área federal. O claudicante Presidente José Ribamar Sarney Costa é posto diretamente em cheque por Arraes nesta segunda edição do Acordo do Campo. Mas tenhamos em mente que esse deslocamento é momentâneo, como veremos mais adiante.

Vislumbramos esta estratégia na confiança das lideranças canavieiras (usineiros e fornecedores de cana) de que

"Miguel Arraes encontrará uma solução junto aos ministros da Fazenda, da Indústria e do Comércio, presidente do IAA e setores da Secretaria Especial de Planejamento da Presidência da República, no sentido de que sejam registrados os preços de cana-de-açúcar logo no início deste mês de outubro" (Diário de Pernambuco, 1987b: A-21).

Podemos traçar alguns cenários indicativos da ação de Miguel Arraes. Embora ao autor se imponham limites na antecipação das linhas de ação de um líder político do

calibre de Arraes, pode-se entretanto delimitar-se as poucas alternativas lógicas e/ou racionais ao seu dispor. O "background" em que se assentam esses cenários é uma atividade agrícola canavieira extremamente deficitária, sem condições de concorrer livremente — sem subsídios — com a produção açucareira paulista⁵.

O CENÁRIO CAMPONÊS

Os compromissos políticos do candidato Miguel Arraes para com os trabalhadores rurais da cana, assumidos durante a campanha eleitoral de 1986, sugerem que o governador de Pernambuco, sem dispor de alternativas mais efetivas, procura proporcionar-lhes algum ganho imediato.

Neste caso, a celebração do Segundo Acordo do Campo, de 1987, com usineiros e fornecedores de cana permite que os trabalhadores da cana tenham aumentos de salário mensal para Cz\$ 4.100,00 (cerca de 82 dólares em fins de setembro de 1987) quando o salário mínimo em vigor, o Piso Nacional de Salários, era de Cz\$ 2.640,00 (cerca de 53 dólares), além das vantagens assistencialistas do Programa de Assistência Social do IAA⁶. Necessário se torna consultar as outras cláusulas do Acordo de 1987 para se ter uma idéia das demais vantagens obtidas em contrato assinado entre patrões e trabalhadores, o que será objeto de um outro artigo. Isto é um significativo aumento de renda para trabalhadores rurais sem melhores alternativas de renda. Para efeitos eleitorais, o "camponês" sempre se lembrará que Arraes lhe melhorou o padrão de vida por duas vezes em um quarto de século — em 1963 e 1987. A esperança de dias melhores está de volta e deixou de ser meramente retórica eleitoral para o trabalhador do canavial.

Esses dias melhores dependem fundamentalmente da habilidade da agroindústria sucro-alcooleira pernambucana de continuar obtendo gordos subsídios, pois é a indispensabilidade destes subsídios, obtidos anualmente através dos mecanismos criados em 1941 com o Estatuto da Lavoura Canavieira que tem mantido a estrutura social prevalecente na Zona da Mata de Pernambuco (vide LEVY, 1985, 1986 e 1988a).

ABSTRACT

These notes reflect on the Acordos do Campo (The "Canefield Agreements") sponsored by Miguel Arraes de Alencar in 1963 and 1987. Emphasis is put in the role of U. S. senators in pressing IAA to promote better working conditions to cane cutters a full year (1962) before Arraes sponsored the first agreement; instances of class alliances is shown throughout the essay, particularly through statement of politicians and members of the sugar oligarchy. The continuation of subsidies for Pernambuco's sugarcane producers is crucial for the success of the 1987 canefield agreement.

N O T A S

*. Henrique LEVY é doutor pela University of Maryland, EUA. e professor do Mestrado de História da Universidade Federal de Pernambuco. Endereço para correspondência: Rua Sê túbal, 1700, apto. 901, Boa Viagem, 51.021, Recife, PE., Brasil. Fone: (081) 341-5286.

1. O jornalista Ronildo Maia Leite, que foi secretário de redação de "Última Hora-Nordeste" existente durante o primeiro governo de Miguel Arraes, reporta: "Em Pernambuco, o secretário Fernando Mendonça Filho se esforça entre líderes camponeses e produtores de cana para restabelecer a convivência pacífica. No Palácio das Princesas (sede do governo de Pernambuco) é assinado o acordo 'Paz no Campo'... Participaram dos entendimentos representantes da Cooperativa dos Usineiros, Federação das Indústrias e Ligas Camponesas" (p. 90). Anteriormente, reportara: "Abelardo Jurema, novo Ministro da Justiça, está chegando ao Recife para reiniciar o diálogo entre camponeses e os usineiros. Entre os dias 13 e 21 de agosto (de 1963)... desenvolveram-se sucessivos encontros no Palácio das Princesas visando a um acordo definitivo. UH-N vende euforia nos títulos: 'Pernambuco inteiro mobilizado. Paz no campo em troca da lei'. E a notícia: O governador Miguel Arraes reuniu ontem em Palácio os camponeses; vai se reunir, em seguida, com usineiros. É o diálogo, que estava faltando, necessário a uns e outros, para que cheguem a um equilíbrio em suas relações. Desdobravam-se os esforços. No Palácio das Princesas, na Associação dos Fomecedores de Cana, na Cooperativa dos Usineiros, nos sindicatos rurais, na Delegadia do Trabalho. Os camponeses pediram a Jango (Pres. João Goulart) que desarmasse os latifundiários. 'A tabela da paz está quase aprovada, diz a alegre manchete do dia 15 (de agosto). Na véspera das eleições municipais, dia 17, o jornal informa que os camponeses estavam novamente reunidos em Palácio, discutindo a contra-proposta dos usineiros... O diálogo da paz no campo estava prestes a ser assinado. As reuniões agora são na área do IAA. Dia 21 (de agosto de 1963), o acordo da paz foi assinado" (LEITE, 1987:78-79, 90).

2. O deputado estadual Inaldo Lima (PMDB-PE), ex-membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB) declarou: *"Passados 24 anos, a história se repete. No mesmo palácio, o mesmo governador, com as mesmas classes trabalhadoras e produtoras, foi firmado o mesmo acordo"* (Diário de Pernambuco, 1 out 87: A-26).
3. A definição de endividamento é *"Passivo circulante mais exigível a longo prazo como porcentagem do total do ativo. Revela qual a porcentagem de capital de terceiros tomada pela empresa"* (VISÃO, 1987: 22).
4. O salário mensal do trabalhador da cana subiu para Cz\$ 4.100,00 em outubro de 1987, cerca de 9,66 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN's) ou cerca de 82 dólares em fins de setembro de 1987. O Acordo do Campo, de cerca de 64 itens, é subscrito pela FETAPE, Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco e representantes das destilarias autônomas. Lamentavelmente, os trabalhadores rurais das outras atividades econômicas extra-canaieiras não se beneficiaram do Acordo do Campo avaliado por Miguel Arraes.
5. Luiz Gonzaga Bertelli, vice-presidente da Usina da Barra S/A, de São Paulo, a maior usina de açúcar do mundo, declarou à revista Senhor que o IAA *"subsídio em 25% a cana, o açúcar e o álcool"* produzidos no Nordeste. Bertelli acha tal subsídio injusto, pois este subsídio *"é sustentado com recursos obtidos junto aos produtores do Centro-Sul, que pagam ao IAA cerca de 15% do valor de um saco de 50 quilos de açúcar, como contribuição ao Fundo de Exportação, a principal fonte de recursos próprios do instituto"* (BALBI, 1987:52).
6. Como decorrência das pressões do Congresso dos Estados Unidos nos anos Sessenta, o IAA instituiu mais tarde o "Programa de Assistência Social", o PAS. Em 1987, o PAS já era considerado o maior programa assistencialista do País, compreendendo cerca de 4 milhões de pessoas. O PAS *"obriga a aplicação compulsória de um por cento do preço oficial do saco de açúcar, um por cento do valor da cana-de-açúcar e dois por cento do valor do litro do álcool na assistência social aos trabalhadores do setor"*

sucro-alcooleiro (assistência médica, hospitalar, odontológica, cirúrgica, farmacêutica, educacional, recreativa, habitacional, saneamento básico e lazer)... Na safra de 1986/87, foram aplicados, aproximadamente, 90 milhões de dólares no PAS e, desde o início do PROALCOOL, recursos da ordem de 280 milhões de dólares, sob a supervisão do IAA" (STAB, 1987:24).

BIBLIOGRAFIA

- BALBI, Sandra. Corpo Fechado, Senhor, 350 (1.12.87):50-52, 1987.
- DANTAS, Bento. A Agro-indústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas. Recife, GERAN, Ministério do Interior, 1971.
- DIÁRIO de Pernambuco. Acordo da cana é analisado. DP, 30. set.1987, p. A-19, 1987a.
- • Zona da Mata de Pernambuco volta à plena atividade, DP. 30.09.87, p. A-21, 1987b.
- • Lideranças canavieiras confiantes no governador. DP:1.10.87, p. A-21, 1987c.
- • Mediação de Arraes foi decisiva para encerrar greve de canavieiros. DP: 1.10.87, p. A-26, 1987d.
- LEITE, Ronildo Maia. A História de um Jornal que Morreu ou Ascensão e queda de Miguel Arraes 1962/64. Recife. cadernos de Reportagem 1 (set./dez.) Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco, 1987.
- LEVY, Henrique. Maintaining class domination in the sugar area of Northeast Brazil through state intervention, U.S. Congress, and ethanol program. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Maryland, E.U.A., Departamento de Sociologia, 1985.

LEVY, Henrique. Oligarquias rurais, PROÁLCOOL e modernização da indústria sucro-alcooleira de Pernambuco. pp. 304-14 in Mestrado de Sociologia-Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (orgs.), Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Sociologia, 1986.

————— • Políticas de Financiamento Rural na Agro-Indústria Sucro-Alcooleira. Ômega. 1988a.

PIH, Lawrence. Capitalismo à brasileira, Folha de São Paulo, 16.10., 1987.

PRIMEIRA Página. Apoio aos sindicatos e à ação comunitária, edição especial - seis meses do Governo Arraes. Recife, Governo de Pernambuco, Secretaria de Imprensa, SIP - Serviço de Imprensa de Pernambuco, 1987.

STAB. Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil. Técnicos açucareiros fazem reivindicações ao Governo. Diário de Pernambuco, 29.11.87, p. 24, 1987.

VISÃO. Quem é quem na economia brasileira. Visão, 39A, setembro, 182ss., 1987.